



DANIEL SOARES CALIXTO

JÚLIA RAMOS DA SILVA

FERRO NOS ANOS DE CHUMBO :
OPERAÇÃO SAPATÃO E A RESISTÊNCIA LÉSBICA NA DITADURA MILITAR

BELO HORIZONTE
DEZEMBRO DE 2024

FERRO NOS ANOS DE CHUMBO :
OPERAÇÃO SAPATÃO E A RESISTÊNCIA LÉSBICA NA DITADURA MILITAR

IRON IN THE YEARS OF LEAD:

*“OPERAÇÃO SAPATÃO” AND LESBIAN RESISTANCE IN THE MILITARY
DICTATORSHIP*

Daniel Soares Calixto
Júlia Ramos da Silva¹

Resumo : O seguinte trabalho busca investigar como a ação da Operação Sapatão no Ferro 's Bar reflete a vigilância estatal durante a ditadura militar no Brasil sobre corpos LGBTQIA. O regime ditatorial iniciado em 1964 foi marcado por violência e repressão, o governo utilizava de um discurso fundamentado em uma ideologia da moral e dos bons costumes, alinhada à noção de família tradicional, base da sociedade brasileira. Deste modo, os indivíduos que não compactuassem com esta imagem do “bom cidadão brasileiro”, eram considerados uma ameaça, e capazes de corromper os demais cidadãos e portanto deveriam ser vigiados e punidos. Um exemplo deste tipo de perseguição, justificada pelo discurso moralista, foi a implicada contra a comunidade LGBTQIA +. Para o governo militar, a homossexualidade e demais dissidências sexuais eram consideradas ameaças a assim deveriam ser contidas e um dos episódios mais marcantes dessa perseguição foi a “Operação Sapatão”.

Palavras-chave: Operação Sapatão, Ferro's Bar, Regime Ditatorial, Comunidade LGTQUIA+, Homossexualidade.

Abstract: The following paper seeks to investigate how the actions of "Operação Sapatão" at Ferro's Bar reflect state surveillance over LGBTQIA+ bodies during Brazil's military dictatorship. The dictatorial regime, which began in 1964, was marked by violence and repression. The government employed a discourse rooted in an ideology of morality and decency, aligned with the notion of the traditional family

¹ Estudantes do curso de História na Universidade Federal de Minas Gerais.

as the foundation of Brazilian society. Thus, individuals who did not conform to this image of the "good Brazilian citizen" were deemed a threat, capable of corrupting others, and therefore needed to be monitored and punished. One example of this type of persecution, justified by the moralist rhetoric, was that directed against the LGBTQIA+ community. For the military government, homosexuality and other sexual dissidences were considered threats that needed to be contained. One of the most striking episodes of this persecution was the so-called "Operação Sapatão."

Key Words: Operação Sapatão, Ferro's Bar, Dictatorial Regime, LGBTQIA+ Community, Homosexuality.

1. O MOVIMENTO LGBT E O MOVIMENTO LÉSBICO

O movimento lésbico surge no ocidente no final da década de 1960, vinculado ao movimento homossexual, e embasado nas críticas da segunda onda do feminismo. Segundo Lhomond (2009, p. 234), os movimentos feminista e homossexual, formam "a ponta de lança de uma crítica radical das normas sexuais." Contudo, as integrantes do movimento passam a criticar o machismo e a misoginia do movimento homossexual, que implica na discriminação e marginalização das pautas dessas mulheres.

"Assim, o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos." (FALQUET, 2012, p.15)

Dessa forma, como destaca Luana Farias Oliveira, em seu artigo, o movimento lésbico, após ser questionado pelas mulheres negras e trabalhadoras, passa a refletir na inseparabilidade da crítica ao racismo, à sociedade de classes, e ao patriarcado heterossexista. Já no Brasil, como destaca a autora, foi na resistência à Ditadura Militar, que foi possível uma organização política do movimento LGBT, dando início a sua primeira onda, tendo suas pautas alinhadas à luta pela democratização.

Oliveira, destaca que a primeira vez em que a lesbianidade foi discutida fora das manchetes patologizantes e policias, foi na edição de número 12 da revista *Lampião da Esquina*, formada inicialmente por homens, em 1978, inconformados com a repressão e homofobia da esquerda, que considerava a homossexualidade “um vício burguês”. Essas mulheres eram integrantes do grupo *Somos*, do grupo *Eros*, e outras independentes, totalizando 25 lésbicas, após um ano da publicação do jornal, são convidadas a escrever.

A edição trazia na capa o título *AMOR ENTRE MULHERES* (elas dizem onde, quando, como e porquê), com cinco páginas que tratavam de suas pautas, como sexo e sexualidade, a repressão ditatorial e a lesbofobia.

Após a experiência de escrever para o *Lampião da Esquina*, as mulheres do grupo *Somos*, criaram em outubro do mesmo ano, o grupo *Lésbico-Feminista (LF)*, a primeira auto-organização de lésbicas no Brasil, funcionando como um subgrupo do *Somos* até 1981. E em outubro do mesmo ano, algumas militantes do LF, fundaram o *Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)*, auto-organização lésbica independente.

1. A LESBOFOBIA INSTITUCIONALIZADA : OPERAÇÃO SAPATÃO

A ditadura militar promoveu diversas perseguições sistemáticas contra vários grupos, quaisquer indivíduos que não seguissem a ideologia conservadora da “moral e dos bons costumes” disseminada pelo governo.

“Esses valores, que inspiraram o regime autoritário a partir de 1964, articularam, de maneira muito singular, a perseguição a políticas divergentes e a sexualidades desviantes. Sempre houve homofobia na sociedade brasileira com tolerância, ou até apoio de órgãos do estado, mas, durante a ditadura, o discurso da homossexualidade como uma ameaça e um mal a ser extirpado por degenerar a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira é alçado a primeiro plano nas instâncias de governo.” (2021, QUINALHA, *RENAN*, p. 267.)

A vigilância estatal se expandia para quaisquer corpos considerados dissidentes, perigosos ou rebeldes, que não se enquadravam no modelo de cidadão desejado pelo Estado. Um dos grupos alvo dessas perseguições foi a comunidade LGBTQIA+, especialmente quando se trata de grupos dissidentes de menor poder aquisitivo, segundo a historiadora Marisa Fernandes. Entre as justificativas usadas,

era a suposta relação da sexualidade com o uso de drogas e com atuação no comunismo.

“Políticas autoritárias executadas por órgãos da repressão, como a vigilância e a violência policial, demonstram que os militares se preocuparam com a sexualidade, o comportamento e a moral. Relatórios de investigação, discursos militares, pareceres censórios e outros documentos registram os pânicos morais dos agentes da ditadura e a associação entre sexo, drogas e comunismo. Para eles, a subversão era política, sexual e moral.” (KUMPERA, s/d).

Um dos focos dessa vigilância foi contra as mulheres lésbicas. A “Operação Sapatão” foi uma ação que ocorreu no dia 15 de novembro de 1980 liderada pelo delegado José Wilson Richetti, o qual já tinha expressado o desejo por uma “limpeza” no centro de São Paulo. Richetti no mesmo ano já havia comandado a “Operação Cidade” a qual o objetivo era “recolher” das ruas de São Paulo os assaltantes, traficantes, prostitutas, homossexuais e travestis, tornando assim frequente as rondas policiais. Ambas operações focavam em bairros mais precários e grupos de baixa renda.

A ação de novembro consistiu em uma série de batidas policiais na rua Martinho Prado onde se encontravam vários bares lésbicos (Ferro 's Bar, Último Tango, Canapé e Cachação), o objetivo das batidas era justamente prender mulheres lésbicas. Cerca de 200 mulheres foram presas, mesmo portando os documentos de identificação regulares, as mesmas tiveram que pagar propina para serem libertas.

“Parece que a gente tem uma estrela na testa. Eles me levaram pra dentro do Cachação e fui logo mostrando meus documentos. Mas o policial disse: não interessa documento, você é sapatão! (...) Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.” (COLAÇO, 2009, p.1)

A perseguição contra mulheres lésbicas não se limitou às batidas em bares e prisões arbitrárias, mas também se manifestou de outras formas, como por meio da censura. Cassandra Rios, primeira escritora brasileira a vender mais de um milhão de exemplares, foi a artista mais censurada do país durante o período ditatorial, com 36 obras censuradas, devido ao seu conteúdo lésbico, seus livros foram apreendidos e até ameaçados de serem queimados em praça pública. A violência

não era apenas física, mas também simbólica, com o objetivo de reafirmar o poder do Estado sobre os corpos que não se adequavam às normas impostas.

2. OS LOCAIS DE SOCIABILIDADE LÉSBICA

O cenário dos anos de 1970 e 1980 foi marcado pelo preconceito contra minorias sociais, entre elas a comunidade lésbica, que era alvo de todas as formas de violência, não só por terceiros em ambientes públicos (como no local de trabalho) mas também dentro do próprio seio familiar). A lesbofobia promoveu uma ocultação e um distanciamento desses sujeitos dos espaços de convivência, dificultando a criação de laços e relações para essas pessoas.

Havia no entanto, a presença de alguns lugares abertos e destinados para essa comunidade, como por exemplo os bares lésbicos, os quais essas mulheres poderiam frequentar livremente, eram espaços de sociabilidade onde era possível conhecer outras mulheres sem medo de repressão ou julgamento.

“só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa. Até na Universidade de São Paulo, onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.” (COLAÇO, 2009, p.1)

Apesar da possibilidade desses espaços de sociabilidade lésbica, os mesmos também estavam a mercê da violência policial e os estigmas da sociedade, sendo assim a segurança desses locais era limitada.

Esses bares eram mais conhecidos como bares “gueto” ou “gueto homossexual”, por serem frequentados pela comunidade LGBTQIA+ e por serem locais associados com uso de drogas e prostituição, geralmente eram localizados em áreas mais perigosas e marginalizadas. O Ferro’s Bar foi um dos mais famosos bares lésbicos desta época, localizado em São Paulo, foi muito frequentado por por atuentes no grupo Lésbica-Feminista (LF) integrado ao SOMOS, as quais promoveram a circulação do boletim “Chanacomchana” no bar.

3. O BOLETIM CHANACOMCHANA E O FERRO'S BAR

O boletim “ChanacomChana”, foi a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, inicialmente publicada pelo grupo LF, em formato de jornal. A publicação é retomada, após o fim do grupo, pelo GALF como boletim, o que reduziu seus custos. O boletim contou com 12 edições entre 1981 e 1987. Suas publicações se centravam em dar voz a essas mulheres, face a um sistema que as inviabilizava. Em diálogo, com outras mulheres lésbicas, “o boletim fala das nossas vidas claramente, sem vergonha ou medo e até com muito orgulho”. (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p. 2)

Entretanto, a venda do boletim, só foi possível com muita luta e resistência. As integrantes do GALF, eram agredidas semanalmente ao tentar vender o periódico no Ferro's Bar, ambiente frequentado e sustentado pelas lésbicas paulistas. No dia 23 de julho de 1983 um dos donos do bar, o segurança e o porteiro tentaram expulsar as militantes. Esse episódio foi o estopim para a primeira manifestação do movimento lésbico brasileiro contra a lesbofobia que ocorreu apenas alguns meses depois.

Em resposta a esse incidente, as integrantes do GALF denunciaram por meio do folheto o preconceito que sofriam no local, nele elas fazem um apelo para que as pessoas apoiassem sua luta, e denunciam que apesar da discriminação, o dinheiro delas era o que mantinha o funcionamento do bar, e mesmo sendo frequentado pelo público lésbico, elas não foram imunes da discriminação. Oliveira destaca também, que essas mulheres já frequentavam e sustentavam o ambiente, frequentado por figuras da esquerda, e militantes do “movimento homossexual”, mas foi a partir da sua intervenção política com a venda do chanacomchana, que elas passam a ser discriminadas de forma oficial.

4. O MARCO DO LEVANTE DO FERRO'S BAR: O STONEWALL BRASILEIRO

Frente a insatisfação com os ataques policiais — como na Operação Sapatão — e com a proibição da distribuição da Chanacomchana no Ferro's, é organizado um protesto no dia 19 de Agosto de 1983.

“o próprio episódio do Ferro's foi perpassado por um conjunto de tentativas censurantes que eram materialmente dispostas na expulsão das mulheres do bar –uma censura dos corpos –e na proibição da venda do boletim no local –uma censura dessas materialidades midiáticas politicamente marcadas e à liberdade expressiva de suas criadora” (CARVALHO, P.235, 2023)

Militantes do GALF, com o apoio de grupos de ativistas feministas, militantes gays, políticos e simpatizantes à causa lésbica, organizaram uma mobilização contra às expulsões arbitrárias e violentas recorrentes. O protesto conhecido como “Levante do Ferro's Bar” teve a liderança de Rosely Roth, ativista lésbica e feminista do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), junto com Miriam Martinho, fundadora do GALF, e é considerada primeira manifestação lésbica contra o preconceito e discriminação no Brasil.

A administração do bar tentou barrar os protestantes, no entanto eles conseguiram ludibriar e adentraram o bar, e em um ato político, fizeram com que o dono do bar se comprometesse com a permissão da venda do chanacomchana e a entrada livre das ativistas no bar.

“Esse episódio evidencia que, apesar de as lésbicas frequentarem assiduamente o bar e o sustentarem economicamente, elas deixaram de ser bem-vindas quando começaram a intervir politicamente no local. Ou seja, os limites da tolerância com a lesbianidade eram bastante estreitos: até onde fosse economicamente interessante, somente até onde cumpria uma função Econômica” (Kumpera, s/d).

A data do levante foi reconhecida como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, e 25 anos depois, em 2008, oficializado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como destaca Oliveira (2017).

Flora Villas Carvalho, destaca que apesar de o levante no Ferro's Bar, ser comparado a revolta no bar nova-iorquino Stonewall² Inn, este por sua vez, conta com leis de patrimonialização, dando destaque a materialidade do local, com um placa, que decreta aquele espaço como sítio histórico. Ao contrário, o Ferro 's Bar, não conta com nenhuma política de pesquisa e preservação, e hoje funciona como vestiário de uma família italiana, dona de dois restaurantes na área. Flora destaca em seu artigo, que esse apagamento, é consequência de uma “política de esquecimento” da ditadura, e um processo histórico de invisibilidade lésbica.

² O Stonewall foi uma série de protestos e distúrbios que ocorreram em junho de 1969, em Nova York, em resposta a uma invasão policial ao bar Stonewall Inn, frequentado por pessoas LGBTQ+. O evento é considerado o marco inicial do movimento moderno pelos direitos civis LGBTQ+, inspirando a luta por igualdade e liberdade sexual em todo o mundo.

5. COMISSÃO DA VERDADE E POLÍTICAS DE REPARAÇÃO

O episódio do Ferro's Bar até hoje não aparece em muitas pesquisas ou trabalhos, a questão da experiência lésbica na ditadura ainda é escassa em produções. Nessa luta contra a invisibilidade e pela memória da resistência, um grande marco foi na Comissão Nacional da Verdade, em que pela primeira vez, outros recortes sociais foram colocados em pauta. Foi proposto pelo brasileiro americano James Green, que as sexualidades dissidentes fossem discutidas, visando a reparação com a comunidade LGBTQ+.

Dessa maneira ocorreram duas audiências públicas. A primeira em 2013, realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" teve como título "Ditadura e homossexualidade: a resistência do Movimento LGBTQ+", e a segunda em 2014, pela Comissão Nacional da Verdade. Essas audiências geraram material que compôs os relatórios, e deram origem ao livro "Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade", um dos raros trabalhos sobre o tema. Como salientam os organizadores na introdução da obra no seguinte trecho:

"ou o tema das sexualidades é abordado ignorando-se sua relativa autonomia dos processos políticos mais gerais ou, em sentido oposto, ele é discutido como se estivesse completamente desconectado da história do período", como ocorreu durante o regime militar" (Leal, 2016)

O capítulo IV da obra "Lésbicas e ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade" da autoria de Marisa Fernandes, é dedicado em tratar das narrativas memorialísticas das resistências lésbica ao regime ditatorial, sendo um dos marcos comentados o episódio do Ferro's Bar.

As Comissões da Verdade, atuaram dando "oportunidade de começar a alterar a invisibilização e o silenciamento até hoje imposto a esses setores [dissidentes]" (p.251). Além disso, Quinalha destaca que "incorporar o recorte LGBTQ no trabalho de memória e justiça pode ser fundamental para permitir que a homofobia que persiste por meio da ditadura chegando à democracia seja combatida". (p.269).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perseguição contra a comunidade LGBTQIA + durante a ditadura militar ocorreu de maneira institucionalizada e sistemática, alvos como as mulheres lésbicas sofreram uma violência sistemática, impedidas de ocupar espaços na sociedade brasileira. Mesmo com as frequentes discussões acerca das perseguições durante a ditadura, a história lésbica deste período é constantemente apagada ou simplesmente esquecida.

Este trabalho se propõe em dar visibilidade a essas narrativas, e dar destaque a importância da preservação da memória e da resistência desse grupo durante o regime militar no país. Como Flora Villas Carvalho argumenta, essa invisibilização também é parte de um projeto político, como por exemplo ocorreu com o Ferro's Bar. Flora argumenta que as lésbicas passavam por um quádruplo processo de discriminação e invisibilização, pelo Regime, pela esquerda que considerava a homossexualidade uma prática burguesa, pelos grupos feministas, e pelo movimento LGBT dominado por homens e perpassado por práticas misóginas.

Dessa forma, este trabalho é uma tentativa de explorar as relações entre o regime militar e esses grupos dissidentes. Estudar a ditadura militar por meio dessas lentes do movimento LGBTQIA + permite que novas interseções sejam feitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

CARVALHO, Flora. Por Cidades Queer, Por Cartografias Sapatonas: Ensaio Arqueológico Sobre O Stonewall Inn E O Ferro 's Bar Como Lugares De Memória Lgbtqia +. Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Volume 17, Número 2. Julho–Dezembro, 2023. Disponível em : <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/41532/38668>

COLAÇO, RITA. Operação Sapatão – Richetti 15 nov 1980. Memória/História MHBMLGBT. 05 abr 2009. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com.br/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html>.

Da “Operação Sapatão” ao Dia do Orgulho Lésbico: memórias lésbico-feministas durante a Ditadura. Memória e Ditadura nas escolas do DF. Wix. 4\10\ 2021. Disponível em:

<https://memoriaditadura.wixsite.com/memoriaehistoria/post/da-opera%C3%A7%C3%A3o-sapat%C3%A3o-ao-dia-do-orgulho-l%C3%A9sbico-mem%C3%B3rias-l%C3%A9sbico-feministas-durante-a-ditadura>.

É suspeito ser lésbica ? Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/e-suspeito-ser-lesbica>

O Levante do Ferro 's Bar. Peita Me. Disponível em : https://peita.me/blogs/putablog/o-levante-do-ferros-bar?srsId=AfmBOopCfFGxgqI9A2MkY_7cwTgQvn5peYEE30ISquAfKItKVCjP-jgl

KUMPERA, Júlia. Lesbianidade em tempos verde-oliva : Sociabilidade lésbica e violência policial em São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em : <https://memorialdaresistenciasp.org.br/sociabilidade-lesbica-e-violencia-policial-em-s-ao-paulo/>

Lesbianidade em tempos verde-oliva: políticas repressivas e sociabilidade lésbica. Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em : <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lesbianidade-em-tempos-verde-oliva-politicas-repressivas-e-sociabilidade-lesbica>

LEAL, Kelly Márcia de Moura; Homossexualidades, repressão e resistência em tempos de ditadura no Brasil. Veredas da História, v. 9, n. 2, p. 129-137, dez. 2016.

OLIVEIRA, LUANA. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Periódicus: revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades, Salvador, n. 7, v. 1, p. 6-19, maio-out. 2017. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>.

QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca por verdade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.